

A celebração do décimo aniversário do Museu do Dinheiro representa um marco relevante na valorização do património económico e cultural português. Inaugurado em 2016 sob tutela do Banco de Portugal, o museu afirmou-se, ao longo da última década, como espaço singular de encontro entre história, cidadania e inovação financeira. Mais do que uma coleção de moedas e notas antigas, o Museu do Dinheiro tornou-se centro interpretativo da evolução económica das sociedades, explicando de forma acessível como o dinheiro moldou relações comerciais, poder político e quotidianos individuais (Banco de Portugal, 2025).

Num contexto em que os meios de pagamento transformam-se rapidamente, do numerário tradicional aos pagamentos instantâneos, carteiras digitais e potenciais moedas digitais emitidas por bancos centrais, a existência de um espaço dedicado à memória monetária adquire renovada pertinência. Conhecer o passado do dinheiro ajuda a compreender os debates atuais sobre confiança, estabilidade, soberania monetária e inclusão financeira. Assim, os dez anos do museu não são apenas comemoração institucional; constituem oportunidade para refletir sobre a longa trajetória do dinheiro e os desafios do seu futuro.

O museu ocupa um edifício histórico no centro de Lisboa, incorporando a antiga Igreja de São Julião, cuja recuperação arquitetónica converteu-se num dos elementos identitários do projeto. A conjugação entre património religioso, urbano e económico traduz simbolicamente a transformação histórica dos espaços públicos e das funções sociais. Segundo o Banco de Portugal (2024), a adaptação do edifício procurou preservar elementos patrimoniais relevantes, enquanto integrou recursos museográficos contemporâneos, interativos e tecnologicamente avançados.

Desde a sua abertura, o Museu do Dinheiro distinguiu-se por uma abordagem pedagógica centrada na experiência do visitante. Em vez de apresentar apenas vitrinas estáticas, o percurso expositivo combina objetos históricos, instalações multimédia, simulações e narrativas acessíveis. Esta metodologia responde às tendências recentes da museologia participativa, segundo as quais o visitante deve ser agente ativo da aprendizagem e não mero observador passivo (Hooper-Greenhill, 2024). O museu transforma, assim, conceitos abstratos, inflação, emissão monetária, crédito ou política monetária, em experiências compreensíveis para públicos diversos.

O acervo do museu constitui um dos seus maiores ativos científicos e patrimoniais. Inclui moedas da Antiguidade clássica, exemplares medievais, cunhagens régias portuguesas,

notas bancárias históricas, instrumentos de contabilidade, maquinaria de fabrico monetário e documentos institucionais. Destacam-se peças associadas à história colonial portuguesa, à modernização financeira oitocentista e à integração europeia culminada com a adoção do euro. Segundo estudos numismáticos recentes, as moedas não são apenas objetos económicos; funcionam como documentos políticos e artísticos, contendo símbolos de soberania, iconografia oficial e mensagens ideológicas (Macedo & Silva, 2025).

Entre os elementos mais emblemáticos encontra-se também o chamado “tesouro arqueológico” descoberto durante as obras de reabilitação do edifício, incluindo estruturas históricas e vestígios urbanos de diferentes épocas. Esta dimensão arqueológica reforça a ideia de que o dinheiro não pode ser separado do espaço social em que circula. Mercados, igrejas, praças e instituições financeiras sempre coexistiram como centros de troca material e simbólica.

Analisar o passado do dinheiro implica reconhecer que este antecede largamente a moeda metálica moderna. Antes dela existiram sistemas de troca direta, objetos-valor, metais pesados por equivalência e unidades de conta abstratas. Graeber (2024) argumenta que o crédito e a dívida precederam, em muitos contextos históricos, o uso generalizado de moeda física. Esta perspetiva desmonta a visão linear segundo a qual a humanidade teria passado simplesmente do escambo para a moeda. O dinheiro foi, desde cedo, também promessa, registo e confiança institucional.

Com a formação dos Estados modernos, a emissão monetária tornou-se instrumento central de soberania. Reis, repúblicas e bancos centrais passaram a controlar cunhagem, valor facial e circulação. Em Portugal, a fundação do Banco de Portugal no século XIX marcou etapa decisiva na consolidação monetária nacional. Posteriormente, a integração europeia e a entrada no euro transferiram parte da gestão monetária para a escala supranacional, no âmbito do Banco Central Europeu. O museu permite compreender estas transições históricas com rara clareza pública.

O futuro do dinheiro constitui uma das dimensões mais estimulantes da celebração dos 10 anos do museu. Atualmente, muitos pagamentos realizam-se sem numerário, através de cartões, transferências instantâneas ou aplicações móveis. Em várias economias europeias, o uso de dinheiro físico diminuiu significativamente, embora continue relevante para determinados grupos populacionais e para resiliência em falhas técnicas (European Central

Bank [ECB], 2025). Esta coexistência entre meios físicos e digitais sugere que o futuro será híbrido, e não exclusivamente virtual.

Entre os debates centrais surge o projeto do euro digital, estudado pelo Banco Central Europeu em articulação com bancos centrais nacionais, incluindo o Banco de Portugal. O objetivo consiste em disponibilizar uma forma digital de moeda pública segura, complementar ao numerário e adaptada à economia digital. Segundo o ECB (2025), tal instrumento poderá reforçar autonomia estratégica europeia, concorrência nos pagamentos e inclusão financeira. Contudo, subsistem questões relacionadas com privacidade, intermediação bancária e adoção social.

Também as criptomoedas privadas suscitaram debates sobre o significado contemporâneo do dinheiro. Embora tecnologicamente inovadoras em certos aspetos, a sua elevada volatilidade limita a função clássica de reserva de valor e unidade de conta. Economistas recentes defendem que a confiança monetária sustentável continua fortemente associada a instituições credíveis e enquadramento regulatório robusto (Rogoff, 2024). Neste contexto, o museu pode desempenhar papel crucial ao promover literacia crítica sobre inovação financeira.

A relevância social do Museu do Dinheiro estende-se ainda à educação financeira. Num período marcado por endividamento familiar, decisões complexas de poupança e proliferação de produtos digitais, compreender juros, inflação, risco e orçamento tornou-se competência cívica essencial. Programas educativos dirigidos a escolas e famílias contribuem para reduzir assimetrias de conhecimento económico. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2025) sublinha que níveis mais elevados de literacia financeira estão associados a decisões económicas mais informadas e maior resiliência individual.

Além disto, o museu fortalece a dimensão cultural de Lisboa enquanto cidade europeia de memória histórica e inovação. Localizado numa zona central de elevada atratividade turística, integra circuitos patrimoniais que cruzam comércio, arquitetura e história urbana. A gratuitidade de acesso em diversos momentos e a vocação pública ampliam o alcance social da instituição.

Em síntese, os dez anos do Museu do Dinheiro confirmam o sucesso de um projeto que ultrapassou a lógica tradicional de museu especializado para afirmar-se como espaço público

de reflexão sobre economia, sociedade e futuro. O seu acervo documenta séculos de transformação monetária; os seus programas educativos respondem a necessidades contemporâneas; e os debates que acolhe ligam passado e futuro num momento de acelerada mudança tecnológica. Celebrar esta década significa reconhecer que o dinheiro, longe de ser mero instrumento técnico, permanece fenómeno histórico, político e cultural. Ao tornar esta complexidade inteligível ao público, o Museu do Dinheiro presta serviço notável à cidadania democrática portuguesa.

Referências Bibliográficas

Banco de Portugal. (2024). Museu do Dinheiro: Património, missão e programas públicos. Banco de Portugal.

Banco de Portugal. (2025). 10 anos do Museu do Dinheiro: Balanço institucional e perspetivas futuras. Banco de Portugal.

European Central Bank. (2025). Progress report on the digital euro project. ECB.

Graeber, D. (2024). Debt: The first 5,000 years (updated ed.). Melville House.

Hooper-Greenhill, E. (2024). Museums and their visitors (new ed.). Routledge.

Macedo, J., & Silva, T. (2025). Numismática portuguesa e memória histórica. Imprensa Académica.

OECD. (2025). Financial literacy and consumer resilience report. OECD Publishing.

Rogoff, K. (2024). The future of money in a digital world. Harvard University Press.